

A Legislatura 1994-1999

Introdução

Na legislatura que agora finda multiplicaram-se os assuntos e debates de extrema importância, quando não mesmo de particular gravidade: da concretização da União Económica e Monetária – com o euro, o Banco Central Europeu e o Pacto de Estabilidade – ao Tratado de Amesterdão; dos ensaios de reformas institucionais gravosas – rotatividade das presidências, ponderação dos votos no Conselho, composição da Comissão, línguas de trabalho,... – às duas moções de censura e posterior demissão da Comissão Europeia ou ao novo estatuto remuneratório dos deputados; do alargamento aos recursos próprios comunitários e à Agenda 2000 – com as reformas dos fundos estruturais, o novo Quadro Comunitário de Apoio e a reforma da PAC; do falhanço do Livro Branco sobre o Emprego, à cimeira do Luxemburgo dedicada ao emprego; da Organização Mundial do Comércio e do AMI, aos acordos de Lomé.

Em todos estes domínios os deputados dos PCP assumiram responsável, activa e oportunamente posições claras, marcantes, quando não mesmo determinantes. Em estreita sintonia com os valores e interesses nacionais.

De tal forma que são hoje vozes ouvidas e respeitadas no Parlamento Europeu, mesmo quando e se em discordância com as opiniões dominantes e em muitos casos prevaletentes.

PAC – Política Agrícola Comum

Em Março de 1998, a Comissão apresentou uma nova reforma da PAC no enquadramento da Agenda 2000 e da reforma de 1992. Os desequilíbrios entre produtores, produções e países aumentaram. Portugal é o que menos recebe da UE ao nível agrícola. A Comissão continua a ser cega aos interesses da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, não se atendendo ao princípio da modulação.

As produções mediterrânicas (Vinho, Azeite e Frutas e Legumes) foram também de reforma, mantendo-se os actuais desequilíbrios de financiamento com as produções continentais.

Surgiram pela primeira vez propostas de renacionalização dos custos da PAC, ou seja, o financiamento nacional das ajudas aos agricultores, que prejudicam os países da coesão.

Fundos

A Agenda 2000 quer reduzi-los em cerca de 30% para Portugal. O Governo considerou a Agenda 2000 inaceitável (Expresso de 24/1/98). Agora, quando se aproxima uma decisão, já diz que é “boa base de trabalho” e que a Comissão Europeia “defende os países menos desenvolvidos”. Os quais, com a Agenda 2000 ou outras propostas, seriam os únicos financiadores de um alargamento cujos benefícios reverteriam na quase totalidade a favor das economias dos países ricos – os tais que não querem contribuir mais para o orçamento comunitário.

Entretanto, o Governo tem andado a dizer que, nesta conjuntura, os nossos melhores aliados são os alemães... Não propõe, reage apenas a propostas de outros, não quer discutir o essencial, i. é., que para alargar e resolver mais e novos problemas é necessário mais dinheiro e não basta o que era destinado a quinze países. E anda esperançado na ideia de que Portugal tem de ser considerado uma “situação especial”, aguardando um “milagre” de última hora, ou esquecendo que, nessa altura, todos quererão ser “situações especiais”...

Percurso UEM-Euro

Depois de Maastricht, da difícil ratificação do Tratado da UE e do atribulado arranque da convergência nominal, o período 1994-1999 ficará indelevelmente marcado pela acelerada cavalgada para a 3a. fase da UEM e a adopção do euro.

Partindo de situações muito diversas, o ataque aos défices orçamentais e a diminuição do papel do Estado na regulação da economia levou a que, embora na data-recurso, houvesse 11 Estados-membros (politicamente) em condições de acesso à moeda única.

Tratado de Amesterdão

A alteração ao Tratado da União acordada em Amesterdão constituiu um ponto de particular importância e gravidade no período da legislatura que agora termina.

Importância e gravidade que resultam:

Da insistência – ainda que não tão profunda quanto alguns desejariam – numa perspectiva federalizadora para a UE, apesar das crescentes reservas e oposições que a mesma suscita. E, simultânea ou conseqüentemente, da incapacidade de associar os cidadãos aos processos de decisão, particularmente pelo afastamento relativamente aos mesmos a que os parlamentos nacionais continuaram a ser remetidos.

Do aprofundamento da deriva neo-liberal e restritiva consolidada em Maastricht, em torno da União Económica e Monetária e do euro, especialmente com a adopção do Pacto de Estabilidade, com o qual se eternizam e aprofundam os “critérios de convergência nominal”.

Da manifesta falta de vontade política para alterar políticas e dar combate efectivo ao flagelo do desemprego.

Referendos

O PCP reclamou a realização de um referendo sobre o Tratado de Maastricht de forma a que os portugueses se pudessem pronunciar sobre esta profunda e qualitativa alteração das Comunidades Europeias num sentido marcadamente federalizante, particularmente no contexto da União Económica e Monetária.

O PS e o PSD inviabilizaram-no, em sede de revisão constitucional, apesar das propostas formuladas pelo PCP e das inúmeras posições públicas que naquele sentido se fizeram ouvir.

Fruto das suas más-consciências mas uma vez mais orientados para impedirem um debate sério e alargado sobre temas de particular relevância e uma decisão dos cidadãos sobre os mesmos – em particular a entrada de Portugal na moeda única e o pacto de estabilidade – o PS e PSD forjariam posteriormente um referendo sem claro objecto (e em simultâneo com um outro) o qual, naturalmente, logo foi inviabilizado por manifesta e previsível inconstitucionalidade.

E uma vez mais os portugueses foram impedidos de se pronunciarem sobre questões de tão relevante importância...

Alargamento da União Europeia

O alargamento, tendo em conta os objectivos económicos, políticos e militares que lhe são subjacentes, tem

sido utilizado para condicionar o actual debate sobre o futuro próximo da UE.

Os deputados do PCP defendem que qualquer alargamento da UE deverá ter em conta a coesão económica e social, a solidariedade, e não o neoliberalismo desenfreado.

Para os deputados do PCP, o alargamento deverá ser uma oportunidade para promover a concretização de um novo rumo para a construção Europeia, com base na co-opeção entre Estados soberanos, contrariando as actuais tentativas federalizadoras e de domínio de alguns países sobre todos os outros. Um alargamento que deverá ter como preocupação a construção de uma Europa onde não se acentuem as diferenças no nível de vida, onde se desenvolvam os sistemas produtivos nacionais, onde se consolidem as conquistas sociais, uma Europa de paz e de solidariedade, onde seja respeitada a vontade e a soberania de cada povo.

Nota: Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Roménia e Turquia, apresentaram o seu pedido de adesão à UE. O Conselho decidiu, com base em critérios políticos, incluindo o da adesão próxima à NATO da Hungria, Polónia e República Checa, que numa primeira fase, para além destes três países, se iniciassem negociações com a Estónia, Eslovénia e Chipre.

Emprego – de Essen aos nossos dias

No Livro Branco “Crescimento, Competitividade e Emprego” (Dezembro 1993), o então presidente da C.E. Jacques Delors, fez propostas que visavam a criação de 15 milhões de novos empregos até ao final do século, reduzindo o número de desempregados para 9 milhões.

O Conselho de Essen (Dezembro de 1994) aprovou medidas em prol do emprego: formação profissional; organização mais flexível do trabalho; política salarial que favorecesse os investimentos; diminuição dos custos salariais indirectos.

O Conselho do Luxemburgo (Dezembro 1997), confrontado com uma taxa de desemprego de 10,7% equivalente a cerca de 18 milhões de pessoas, decide pela elaboração dos chamados Planos Nacionais de Emprego. No entanto, as orientações continuam, no essencial, as mesmas. Os resultados também.

A nova maioria “socialista” para Portugal e para a “construção europeia”

Em 95, as legislativas em Portugal acabaram com a maioria absoluta PSD e levaram a governo de maioria relativa do PS. Entre 94 e 99, na maioria dos Estados-membros, governos cristão-democratas ou aparentados passaram a social-democratas ou parecidos.

Se estas mudanças reflectem um real desejo de mudança das políticas enfeudadas ao neoliberalismo e à “construção europeia” como tem sido prosseguida, os

novos governos, como esperávamos e advertimos, seguem as mesmas políticas e estratégia.

Partidos portugueses – o euro-unanimismo

A tomar como referência o comportamento dos demais partidos portugueses, uma observação menos atenta quase que poderia fazer pensar que a União Europeia tem uma espécie de efeito de Medusa sobre os actores políticos: ao olharem nos seus olhos ficam como que transformados em pedra. Os demais partidos portugueses (infelizmente) não ficam inertes como corpos minerais, antes se convertem a uma defesa e promoção acrítica de um projecto conduzido ao arripio dos interesses dos povos. Tudo numa sintonia de que o Bloco Central europeu protagonizado pelo PS e pelo PSD era exemplo e que se viu alargado com a recente conversão do PP. Um dos principais sintomas deste problema é a aparente esquizofrenia patente nas contradições entre o discurso apresentado em Portugal e os votos efectuados em Estrasburgo.

Por um lado, a formação do governo pelo Partido Socialista em 1995 em nada alterou a postura praticada até aí pelos governos de Cavaco Silva. As badaladas “entradas de leão” depressa deram lugar a “saídas de sendeiro”, e o aluno bem-comportado voltou a ocupar o seu lugar atrás da escrivaninha. Por outro lado, no Parlamento Europeu, a postura do PS e do PSD resumiu-se no essencial a obedecer às orientações das suas respectivas famílias políticas – socialista e democrata-cristã –, que servem de correia de transmissão dos seus governos.

A Comissão Europeia

A Comissão Europeia, instituição comunitária que melhor reflecte e que tem particulares responsabilidades num modelo de construção europeia carente de democracia e que se revela incapaz de resolver e antes agrava os problemas dos povos europeus, passou por maus momentos na presente legislatura e acabou por se demitir.

Impulsionados pelas interrogações, reservas e lutas que se têm desenvolvido um tanto por todo o lado, foram já bastantes os deputados do Parlamento Europeu que questionaram e dificultaram a própria posse do presidente Jacques Santer.

Depois, foi a crise da BSE a suscitar uma primeira moção de censura e a obrigar a Comissão a alguns compromissos; que não se mostraram suficientes aos olhos de um número significativo de deputados que, por isso, votaram favoravelmente tal censura. Entre os quais os deputados do PCP.

O nepotismo, a fraude e a corrupção, a que não são alheias uma forte concentração de poderes legislativos e executivos nesta instituição e uma ausência de controlo suficiente e determinado à respectiva acção, estiveram na origem de uma segunda moção de censura, mais re-

cente. Desta feita votada favoravelmente por mais de duas centenas de deputados, entre os quais e uma vez mais, se contaram os deputados do PCP.

Significativamente, a generalidade dos deputados dos outros partidos portugueses votaram ao lado da Comissão.

BSE – a doença das “Vacas loucas”

Tornaram-se evidentes o compadrio e a tentativa de encobrimento de destacados elementos da Comissão e do Comité Veterinário para proteger o Reino Unido e as grandes indústrias agro-alimentares de rações com origem animal.

O PCP exige responsabilidades e o seu grupo político, o GUE/NGL, viabiliza a apresentação, em Fevereiro de 1997, de uma moção de censura à Comissão. A favor, 118 deputados, contra, o PS e PSD, juntos na defesa da CE e dos compadrios. Os cidadãos europeus podem continuar a comer gato por lebre, a contrair doenças e a engordar os bolsos dos grandes patrões da indústria alimentar...

O inquérito da Assembleia da República, da autoria de um deputado do PCP, confirmou as responsabilidades do antigo Ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, no encobrimento da doença em Portugal.

O actual governo não segue as conclusões deste inquérito, recusa gastar um milhão de contos, Portugal é o único país onde o número de casos de BSE aumenta significativamente, e a Comissão decreta o embargo a Portugal. As responsabilidades do PS são óbvias mas a Comissão só age assim porque não é o Reino Unido...

Já este ano, o PE quer manifestar regozijo por esta decisão. O PCP intervém e consegue mudar a resolução política. Os restantes deputados portugueses nem aparecem na votação. A agricultura, para estes senhores, parece continuar a ser “verbo de encher” discursos eleitorais...

Do GATT à Organização Mundial do Comércio

Com o GATT, nascido no pós-guerra, o comércio internacional estava fora das estruturas internacionais então criadas para outras áreas (FMI, Banco Mundial e agências da ONU).

Como acordo geral, funcionou em “rondas” onde se confrontavam os interesses dos “três mundos”. O Uruguai Round tinha o objectivo de criar a Organização Mundial do Comércio no contexto neoliberal, o que ocorreu em 95, após adiamentos. É a estrutura mais nova do conjunto de organizações internacionais e é a mais claramente neoliberal, confrontando-se com a OIT que procura valorizar as suas convenções como cláusulas sociais mínimas.